

organizadores:

Vanilda Maria de Oliveira
André Luiz de Souza Filgueira
Lion Marcos Ferreira e Silva

CORPO

Corporeidade e Diversidade
na Educação



CORPO
CORPOREIDADE E DIVERSIDADE
NA EDUCAÇÃO

Editora Culturatrix.

| publicações acadêmicas |

Editora chefe

Rosa Maria Ferreira da Silva

Editor assistente

Cairo Mohamad Ibrahim Katrib (UFU)

Conselho Editorial

Altina Abadia da Silva (UFCAT)

Eliane Martins de Freitas (UFCAT)

Emília Saraiva Nery (FACEMA)

Euclides Antunes de Medeiros (UFT)

Floriana Rosa da Silva (SRE-MG)

Iara Toscano Correia (UFU)

Helena Maria Ferreira (UFLA)

Luís André Nepomuceno (UNIPAM)

Marcos Antônio de Menezes (UFG)

Miguel Rodrigues de Sousa Neto (UFMS)

Olívia Cormineiro (UFT)

Regma Maria dos Santos (UFCAT)

Remi Castioni (UnB)

Renato Jales Silva Júnior (UFMS)

Ricardo Vidal Golovaty (IFG)

Sandro Prado Santos (UFU)

Simone Aparecida dos Passos (UFU)

Tadeu Pereira dos Santos (UNIR)



ORGANIZADORES

Vanilda Maria de Oliveira
André Luiz de Souza Filgueira
Lion Marcos Ferreira e Silva

CORPO

CORPOREIDADE E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO



Copyright 2021 © Vanilda Maria de Oliveira, André Luiz de Souza Filgueira, Lion Marcos Ferreira e Silva, 2021.

Todos os direitos reservados.

*O conteúdo desta obra, bem como sua originalidade, revisão gramatical e ortográfica são de inteira responsabilidade dos autores.

Editora de Publicação: Rosa Maria Ferreira da Silva

Projeto Gráfico e capa: Igor Ferreira

Diagramação: Studio Escrita & Criação

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C822	Corpo, corporeidade e diversidade na educação / organizadores: Vanilda Maria de Oliveira, André Luiz de Souza Filgueira, Lion Marcos Ferreira e Silva. -- Uberlândia : Culturatrix, 2021. 502 p., il. ISBN: 978-65-86889-06-2 (e-book) DOI: 10.4322/978-65-86889-06-2 Formato: Digital Extensão: PDF Inclui bibliografia. 1. Educação. 2. Sociologia da Educação. 3. Filosofia da Educação. 4. Formação de professores. 5. Gênero. I. Oliveira, Vanilda Maria, 1981-, (org.). II. Filgueira, André Luiz de Souza, 1983-, (org.). III. Ferreira e Silva, Lion Marcos, 1974 – (org.). CDU: 370
------	---

Índice para catálogo sistemático:

I. Sociologia da Educação

Editora Culturatrix

Rua Nordau Gonçalves de Mello, 1116, Santa Mônica.

CEP: 38 408 218. Uberlândia, MG. Tel. (34) 3477 0860/

Cel./WhatsApp: (34) 9 9766 8930

CNPJ: 26 896 970/0001-00

www.culturatrix.com – contato.culturatrix@gmail.com

*A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e
não com as igualdades.*

Paulo Freire

SUMÁRIO

Apresentação.....	9
1. Pedagogia Preto-Diaspórica: uma etnografia ético- filosófica do corpo deseducado.....	18
<i>André Luiz de Souza Filgueira</i>	
2. A persistência do essencialismo na formação do “corpo” na educação tradicional.....	45
<i>Patrícia Sheyla Bagot de Almeida</i>	
3. A “Bruxa” contra a retórica “Ideologia de Gênero”: discutindo a potência das formulações de Judith Butler....	76
<i>Fabício de Sousa Sampaio</i>	
4. Intersecções e particularidades na discussão sobre masculinidades e feminilidades: a busca por uma conceituação crítica das feminilidades.....	104
<i>Jaqueline Aparecida Barbosa</i>	
5. Sejamos feministas: por uma escola inclusiva e Des-reguladora de corpos femininos.....	125
<i>Anna Maria Alves Linhares</i>	
6. As representações de sexualidade no âmbito da teoria das representações sociais de Serge Moscovici.....	150
<i>Diane Ângela Cunha Custódio, Ana Lúcia Nery Sabath e Edmilson Cardoso da Silva</i>	
7. De violentos bárbaros a últimos sobreviventes – A (re) construção da imagem sobre o outro em fotos – o caso dos Xokleng.....	175
<i>Jefferson Virgílio</i>	

8. Gordofobia na escola: lute como uma gordinha.....	201
<i>Maria Luisa Jimenez Jimenez e Claudia Reis dos Santos</i>	
9. A perspectiva da corporeidade na cultura africana: possibilidades de saberes outros sobre o/do corpo na formação em Educação Física.....	218
<i>Larise Piccinini</i>	
10. Corpo, gênero e sexualidade: conceitos e implicações na prática pedagógica de professores/as de Educação Física.....	239
<i>Leandro Kenner Rodrigues de Carvalho e Altina Abadia da Silva</i>	
11. Corpo, corporeidade e diversidade na educação.....	263
<i>Júlia da Regina Sainda</i>	
12. A fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty: possibilidades para a construção de uma educação física para as relações raciais.....	276
<i>Fabiana Pomin e Lucas Santos Café</i>	
13. O corpo negro e a escola: um olhar sobre a temática racial no baixo Tocantins, Pará.....	295
<i>Loise Barbosa Sampaio e Rosemeire de Oliveira Souza</i>	
14. Desenho animado, educação e transexualidade: um estudo de caso da personagem Donny, o unicórnio do desenho “As meninas superpoderosas”	312
<i>Claudinei Lopes Junior</i>	
15. Criança: divisões de papéis e o direito de ser e se expressar no ambiente escolar.....	342
<i>Lion Marcos Ferreira e Silva</i>	

16. Pensamento Conservador e ideologia de gênero.....	362
<i>Vanilda Maria de Oliveira e Katlen Karolynne Ferreira Valério</i>	
17. Permanência qualificada nas universidades federais: (in)visibilidade das políticas institucionais para a população LGBTQIA+.....	386
<i>Aurivar Fernandes Filho e Leandro Castro Oltramari</i>	
18. Cidadania e democracia como fundamentos de uma educação na e para a diversidade	412
<i>Aldenora Conceição de Macedo, Rayssa Araújo Carnaúba e Ana Paula Rodrigues da Silva</i>	
19. A mulher na arte, de objeto a sujeito: discutindo construções e desconstruções de gênero em sala de aula a partir da arte.....	443
<i>Jocy Meneses dos Santos Junior e Renata Lima Cremasco</i>	
20. O que a festa ensina e o que se aprende na festa: a educação dos/nos saberes populares.....	473
<i>Fernanda Nílvea Pompeu Varela e Benedita Celeste de Moraes Pinto</i>	
Biodata.....	496

7. DE VIOLENTOS BÁRBAROS A ÚLTIMOS SOBREVIVENTES

A (RE) CONSTRUÇÃO DA IMAGEM SOBRE O OUTRO EM FOTOS - O CASO DOS XOKLENG

Jefferson Virgílio

Introdução

O ensaio visa apresentar uma breve introdução no formato de estudo de caso sobre como a imagem do outro enquanto exótico pode variar de sentido e ser alterada ao longo do tempo, e da participação de antropólogos e antropólogas na construção e reformatação deste ideal imagético.

Para exemplificação são priorizadas a consulta e a concentração em um caso específico e característico, sendo este orientado pela aproximação à parte do repositório fotográfico que foi organizado a partir do acervo que Sílvio Coelho dos Santos construiu durante as várias décadas de contato que este manteve com os Xokleng do Sul do Brasil. A inclusão do material fotográfico é precedida por uma breve introdução ao histórico do contato e da situação dos Xokleng, visando permitir às partes leitoras algum acesso aos eventos prévios que ocorreram.

O material fotográfico está parcialmente disponível online,¹ e também foi organizado e distribuído no formato de livros (Coelho dos Santos, 1997, 1978, entre outros), sendo este último inclusive publicado em edição bilingue português-inglês, o que permite

¹ O acesso é livre e incentivado em: <https://avisc.wordpress.com>.

revelar interesses em internacionalizar a percepção ali construída sobre a situação dos Xokleng ainda na década de 70.²

Esta tentativa de internacionalizar publicamente a situação dos Xokleng é antiga, e teria sido, segundo a mesma autoria (Coelho dos Santos, 1978:9) a razão principal pelo aldeamento dos Xokleng (ver também Coelho dos Santos 1987 [1973] :118 e páginas seguintes). O autor inclusive informa que o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) é fundado em 1910 para viabilizar e permitir o aldeamento dos Xokleng, em específico. Este aldeamento ocorreu em meados de 1914.³

Com base na documentação levantada e analisada por Sílvio Coelho 1987 [1973] é possível afirmar que os Xokleng foram o primeiro povo indígena a ser aldeado por serviços do governo brasileiro em um formato que posteriormente será desenvolvido e batizado enquanto P. I. (Posto Indígena), já em 1926.⁴ Décadas mais tarde, e institucionalizado enquanto FUNAI, este formato se transformará na atual configuração em uso atualmente, renomeado como T. I. (Território Indígena).

Para além da introdução e das considerações finais, o ensaio é dividido em outras três partes, sendo a primeira uma breve revisão bibliográfica sobre os Xokleng, e as duas restantes especificamente uma descrição mais pormenorizada de algumas fotografias

² Ressalta-se que o historiador manteve próximo comportamento e ações para outros povos indígenas, como pode ser observado no acervo virtual informado na nota de rodapé anterior. Estes outros povos não serão explorados neste material, e de maneira geral o comportamento e interesse do autor é similar ao aqui exposto.

³ Posteriormente (1967, durante a ditadura brasileira) será convertido na atual FUNAI (Fundação de Apoio ao índio).

⁴ Há registros de vários povos que foram aldeados séculos antes por jesuítas, em outras configurações, especialmente no Rio Grande do Sul. Este tipo específico de aldeamento é conhecido por *missões* e não será tratado neste material.

consultadas, e algumas reflexões construídas entre o observado nestas fotos e alguma análise mais crítica que pode ser produzida sobre a exploração e a exposição do corpo do outro enquanto exótico.

Aqui se destaca que a seleção das fotos é arbitrária e assim ocorre especialmente pela excessiva repetição das características exibidas nas dezenas de fotos consultadas e da massiva quantidade das respectivas disponíveis (disponíveis principalmente em Coelho dos Santos 1978 e 1997).

Algumas fotos estão incluídas como anexos nas páginas finais do documento visando permitir algum acesso acelerado as partes leitoras ao apelo visual que é utilizado. É improvável a análise de tamanha quantidade de material adicional ao que aqui foi incluído, devido ao espaço disponível ser reduzido. Além disso, ocorreria forte tendência para um discurso cansativo e repetitivo, e ainda mais curto. Eventualmente, para fins de destaque são mencionadas páginas de outras imagens que não estão anexas. Isto ocorre para evidenciar estas semelhanças.

A análise é introduzida pela sugestão de reflexões sobre as escolhas por uso de material fotográfico em tão primórdios tempos, e em quantidade tão exagerada como forma de divulgação da condição indígena, além de questionamentos que sugiro serem construídos ou explorados acerca de percepções e descrições sobre o corpo de outrem nestas imagens.⁵

Xokleng - Breve histórico

⁵ Agradeço as professoras Chiara Pussetti e Cristiana Bastos pelas discussões envolvendo “o corpo do outro enquanto exótico” que foram produzidas na Universidade de Lisboa em meu primeiro ano de doutoramento.

A população que atualmente é conhecida por Laklãnõ e/ou Xokleng pode ser encontrada na literatura antropológica e histórica sob uma pequena coleção de nomenclaturas. Entre eles se destacam: Aweikoma, Botocudo, Kaingang, Xokleng e recentemente Laklãnõ (Amorim, 2002:15).⁶

A variação remete a confusões na identificação de limites territoriais, línguas indígenas assemelhadas interpretadas como se fossem a mesma, além da utilização de termos pejorativos produzidos por indígenas e não-indígenas acerca deste povo, de falhas de traduções cometidas por antropólogos e historiadores, e por algumas considerações acerca de populações que mantinham fortes relações de parentesco e convívio interétnicos tidas erroneamente como se fossem a mesma, além da recente autodenominação. A discussão sobre as nomenclaturas ocorre pelo menos desde a década de 40, com Metraux (1947:147-149) e Guérios (1945), e permanece até hoje, agora envolvendo os próprios indígenas enquanto parte primordial na discussão.

Os primeiros relatos sobre os Xokleng, ainda os mencionando enquanto Kaingang, são aparentemente registrados por José Maria de Paula, um funcionário do SPI, que em 1924 publica os resultados de suas tentativas de estabelecer contato com grupos isolados. Em 1930 há um segundo levantamento, por Antonio Carlos Simões da Silva, também funcionário do SPI, que incluiu os Xokleng enquanto Botocudos e Kaingang. Estes primeiros trabalhos são de reconhecimento e trazem informações muito gerais acerca do povo, produzidos em contatos institucionalizados e previamente planejados.

⁶ Podem ser encontradas menções aos termos bugre, silvícola, colono, pele vermelha, selvagem, caboclo, índio, gentio e indígena. As grafias dos nomes Kaingang e Xokleng (e outras) variam bastante e em alguns casos inclusive a pronúncia.

Ainda na década de 30, Jules Henry, então um psicanalista, passa alguns anos com os Xokleng (também dando ao povo a alcunha de Kaingang) e em 1941 publica uma monografia intitulada *Jungle People*. Na mesma década trabalhos seminais iniciam a discussão se os Kaingang e os Xokleng poderiam ser povos distintos (Guérios, 1945 e Metraux, 1947).

De maneira geral, estes e outros trabalhos produzidos entre os anos 20 e 50 do século passado (com a rara exceção no trabalho de Henry que possui uma vertente psicanalista, além de reduzida reflexão antropológica) iniciam a formulação e escrita de vocabulários de termos, que instigam a criação de dicionários sobre idiomas indígenas (havendo trabalhos nesta direção pelo menos até a década de 80). Posteriormente, já nas décadas de 50 e 60, passam a recuperar perspectivas tidas como históricas ou até etnográficas de apresentação das populações contactadas em uma abordagem mais localizada e especializada.

A partir dos anos 50, Sílvio Coelho dos Santos ao tentar mapear os índios da região sul do Brasil, estabelece o povo como parte de seu foco de estudo, referindo-se a eles já como Xokleng. Passados alguns anos, Sílvio Coelho dos Santos inicia a publicação de materiais especificamente sobre os Xokleng que são até hoje consideradas como referências maiores sobre esta população.

Os registos disponíveis sugerem que os Xokleng residem geograficamente e estão concentrados numa parte da região denominada como o Alto Vale do Itajaí, que fica à oeste do litoral do estado de Santa Catarina, na região sul do Brasil. Até o momento são reconhecidas duas terras indígenas: TI Rio dos Pardos e TI Ibirama-La Klãnõ (PIB, 2014).

Segundo Coelho dos Santos 1987 [1973]:50-52 é em 1824 que chegam os primeiros imigrantes europeus na região onde hoje é o

Estado de Santa Catarina. Estes imigrantes viriam após a emissão da carta régia por Dom João VI em 1808 para colonizar a região. Nesta região a colonização europeia é identificada como de origem maioritariamente alemã, e na tentativa de estabelecimento de colônias, estes grupos passam a seguir o curso do rio, onde índios residiam e uma série de conflitos entre os residentes originários e os invasores estrangeiros passam a ocorrer.

Conforme Coelho dos Santos 1987 [1973]:57-67) expõe, após reclamações junto ao Estado pelos novos residentes, uma série de políticas de perseguição, extermínio e confinamento de indígenas são realizadas com o aval e com o suporte financeiro do Estado. A situação se mantém crescente, mas em um modo moderado até pelo menos 1879, quando uma força tarefa criada décadas antes, que possuía a missão de “espantar” os índios, aparentemente passa a agir literalmente como caçadores de recompensas e extermínio.⁷

Apenas nos primeiros anos do século XX a situação começa a ser questionada por populares, notadamente por religiosos (Coelho dos Santos, 1987 [1973]:119-124) que eram contrárias a desumanização e as caçadas realizadas. Religiosos que desde 1840 tentavam obter junto ao Estado autorizações para catequizações e aldeamento de indígenas, além de pedidos e tentativas de encaminhamento de crianças indígenas para a adoção por famílias não indígenas. É nesse período (1908-1910) que é criado o SPI para prestar auxílio no contacto com indígenas em todo o Brasil. No caso dos

⁷ Não há consenso se são as mesmas pessoas, mas há indicativos de que se trata do mesmo grupo (Coelho dos Santos, 1987 [1973]:76-83). O primeiro grupo que agiu até cerca de 1879 atende pelo nome de “pedestres” e possuía pouco armamento e limitada capacidade ofensiva, agindo normalmente e oficialmente em modo reativo. O segundo grupo atende pelo nome de “bugreiros”, inicia as atividades quase junto ao término do grupo anterior e, além de armamento pesado, utilizavam animais, faziam emboscadas noturnas, e agiam constantemente em modo preventivo.

Xokleng, é decidido que militares e indígenas Kaingang seriam as partes enviadas para estabelecer o processo de “pacificação” e contato com a população.⁸

Este processo permanece em curso com inúmeras tensões entre as partes até que em 1926 o território ocupado pelos Xokleng é registado como Posto Indígena,⁹ tendo Eduardo Hoerhann como responsável até 1954, quando este é acusado do assassinato de um indígena e resolve sair do território por medo de ser assassinado (Namem, 1991:58-64).

Posteriormente o SPI acaba por ser encerrado em todo o Brasil no ano de 1967, surgindo a FUNAI logo depois para substituir o órgão. Para o caso específico dos Xokleng, segundo Namem (1991:35-36), uma primeira mudança ocorre em 1957 após a saída de Eduardo Hoerhann, gerando espaço para uma exploração de recursos vegetais pela sociedade envolvente, e também a possibilidade de contratação de indígenas enquanto profissionais liberais fora da área de ocupação indígena.

O SPI, e posteriormente a FUNAI, aceleraram, institucionalizaram e intensificaram estas explorações e relações. Durante as décadas de 50 e 60 o palmito que era abundante no local ficou praticamente extinto (Namem, 1991:35-36). Alguns anos após o fim da exploração do palmito (1965) foi iniciada a exploração de madeira de lei, que perdurou por décadas até ser controlada por órgãos de

⁸ O idioma Kaingang é um idioma “próximo” ao Xokleng, e os Kaingang possuíam um largo contacto com religiosos nos seus territórios de origem desde o século anterior. São trazidos do Paraná para Santa Catarina na tentativa de acelerar e facilitar o processo de contacto. É uma espécie de colonização quase horizontalizada que não será desenvolvida crítica ou problematização maior aqui.

⁹ Que coloca o território e a população indígenas sob cuidados permanentes e exclusivos, além de estarem sobre a tutela do SPI, ora sendo realizado por religiosos, ora por militares.

regulação nacionais. Esta exploração ocorre até os dias de hoje, ora dentro da lei, ora de maneira ilegal.

Na década de 70 surge um novo elemento para ser inserido na área de ocupação dos Xokleng: a construção da chamada "barragem norte". A barragem é construída para tentar alterar o curso do maior rio da região e, nesta tentativa de controle, acaba por deslocar um volume de água que ocupa mais de 800 hectares de área (até então ocupada pelos Xokleng, enquanto comunidade ribeirinha) que passam a ser território alagado (Namem, 1991:38-39). Durante a construção da barragem, a exploração de madeira de lei (do outro lado da barragem) é novamente incrementada e posteriormente, devido aos impactos da construção da barragem no consumo e na vida dos indígenas, torna-se cada vez maior a necessidade de venda desta madeira para terceiros para custear a sobrevivência na comunidade.

Por questões de escopo e recorte, as questões envolvendo a exploração de madeira e a construção da barragem não serão abordadas neste material,¹⁰ mas se destaca que são problemas sociais que permanecem até os dias de hoje. Ao invés, é dada prioridade aos discursos sobre a "selvageria" que até então eram construídos contra os Xokleng (e contra indígenas em geral) e contrastando os respectivos com a segunda onda de discursos, construídos em recursos imagéticos e que ao explorar visões de corpos submissos, cansados e domesticados permite colocar em dúvida a existência ou talvez a sobrevivência da sugerida selvageria.

Pacificando visualmente o corpo terceiro

¹⁰ A discussão sobre a denominação do povo também não é realizada, e aqui se adota o nome Xokleng em todo o trabalho.

Em princípio deve-se questionar o que levaria um antropólogo a enaltecer a construção e a manutenção da imagem de indígenas enquanto pacíficos, fracos, sofridos e dominados entre uma série de outros termos próximos, em face de outras apresentações, como fica visível na leitura de teses como a de Sílvio Coelho dos Santos (1987 [1973]), por exemplo. A situação fica ainda mais evidente ao analisar exposições fotográficas organizadas pelo mesmo autor (1978, 1997, entre outras) e comparar com os discursos prévios sobre a mesma população indígena que foram tecidos previamente por outras partes.

Pode ser talvez valioso retornar algumas décadas antes, e visitar os discursos sobre populações indígenas que eram escritos nas décadas imediatamente anteriores a escrita da tese de Coelho dos Santos (1987 [1973]),¹¹ pois é lá que estão refletidas as percepções generalizadas que se mantinham dos indígenas desde os primeiros registos de contacto, que frequentemente eram identificados como conflitos e não como contactos amistosos. Nestas exposições as percepções sobre os indígenas em muito se resumem a detalhar ataques dos indígenas a populações indígenas e não indígenas, e de relatos de agressividade elevada que eles tornavam pública com frequência.

Mesmo no título das obras ou de capítulos, as utilizações são muito explícitas. Cito por exemplo "*Fierce People*" (Chagnon, 1968) ou "*A função social da guerra*" (Fernandes, 2006 [1956]), que contrastam claramente com termos como "*índio sobrevivente*" (Coelho dos Santos, 1978) ou com a "*dramática experiência*" (Coelho dos Santos, 1987 [1973]).

¹¹ Os anos de primeira publicação são incluídos apenas para dar as partes leitoras uma noção da temporalidade entre as publicações que foram prévias às de Sílvio Coelho dos Santos, notadamente as de Fernandes e de Chagnon.

Mesmo em nível teórico e mais interiorizado no título de capítulos, estas propostas de revisões das percepções sobre o outro são evidentes, títulos como "*A verdade sobre a selvageria dos Xokleng*" (Coelho dos Santos, 1987 [1973] :116) ou "*sobreviventes e arredios no presente*" (idem, 1987 [1973] :161) são facilmente identificáveis e contrastantes com o padrão até então em voga que descrevia os Xokleng e outros povos indígenas como povos bárbaros, sanguinários e impiedosos.

A situação não é em todo distinta da descrição que é construída sobre os Xokleng enquanto invasores dos territórios das colônias desde o século XIX (Coelho dos Santos, 1987[1973] :60-65) por exemplo, quando se analisam relatos como o de Henry (1941:130) descrevendo o que alega serem conflitos entre os próprios Xokleng:¹²

A sociedade Xokleng tinha um terrível defeito: A vendeta. Na sociedade Xokleng não havia tranquilidade real, pois pequenos grupos de 50 ou 300 homens eram destacados para confrontos aniquiladores que podiam reduzir a população até o próprio desaparecimento. Em tais ataques de vingança parentes se lançavam uns contra os outros [...], acampamentos eram atacados à noite, onde homens, mulheres e crianças eram literalmente trucidados. [...] A clemência não existe, pois qualquer sobrevivente iria se vingar dos assassinos.

Frequentemente são descritos como atacantes agressivos, compulsivos e imparáveis. Este tipo de descrição combina com a de Napoleon Chagnon (1968:52-53) ao descrever os Ianomami por exemplo, que chega a sugerir que a ferocidade remete aos próprios mitos de origem, sendo quase intencionalmente provocada:¹³

¹² Tradução livre do original em inglês. Henry utiliza o termo Kaingang que foi aqui substituído por Xokleng.

¹³ Tradução livre do original em inglês. Chagnon utiliza o termo Yanomamo que foi aqui substituído por Ianomami.

Embora a tecnologia seja primitiva, ela lhes permite explorar o habitat selvagem suficientemente bem para lhes proporcionar o conforto físico. A natureza de sua economia - a agricultura de corte e queima - aliada ao fato de que eles têm um comportamento permanente de guerra crônica, resulta em um padrão de assentamento distinto e um sistema de alianças que permite que grupos de pessoas explorem uma determinada área em um período relativamente longo de tempo. [...] Os Ianomami explicam a natureza da ferocidade do homem [...] nos mitos e lendas, articulando-se intelectualmente com o mundo real observável.

Não muito distante destas percepções está a escrita de Florestan Fernandes (2006 [1956]:272) quando tenta recuperar relatos sobre os Tupinambá nos séculos XVI e XVII, enquanto procede com uma análise no mínimo funcionalista da guerra, e quase atribuindo-lhe ser um fato social total:¹⁴

A guerra se ramifica por toda a sociedade, satisfazendo ou contribuindo para satisfazer diversas necessidades sociais, como se depreende do exemplo estudado neste trabalho. [...] Essa sugestão demonstra que o problema do controle da guerra é essencialmente um problema sociológico. Ele não só pressupõe a compreensão da guerra em termos da totalidade da situação histórico-social considerada, como implicaria, quanto à ação propriamente dita, a estratégia de manipulação prática do fenômeno em escala grupal.

Neste sentido é digna de atenção a situação que ocorre quando as imagens que Sílvio Coelho dos Santos seleciona para representar os indígenas variam entre uma família de índios amedrontados, um grupo de indígenas tristes sendo forçados a desfilar

¹⁴ A quantidade de etnografias produzidas nos anos 50 e 60, após o término da segunda guerra mundial, sobre povos autóctones residindo ou que residiram no território que atualmente é reconhecido como Brasil que se destacam ou se reservam unicamente a descrever os respectivos enquanto violentos, agressivos, guerreiros, assassinos e afins é bastante elevada. Se optou por trazer apenas três exemplos para não estender desnecessariamente o material além do razoável.

e o anúncio dos respectivos desfiles, ou quando ocorre a hipótese de apresentar um conflito, destacar que é uma "*disputa simulada*".¹⁵

Muitas vezes as próprias legendas das imagens apelam a termos como "*faminto*", "*miséria*", "*pobreza*", "*sobrevivente*" ou "*vítima*" (Coelho dos Santos, 1978: 32, 40, 44, 48-50, 52-53, 70, 77, 79, 89, 95, 100). Em outras trazem verbos e expressões que lhes remove ou reduz ora a humanidade, ora a capacidade de ação ou resistência, termos como "*forçados*", "*presos*", "*rendidos*" ou "*submetidos*" são frequentes (Coelho dos Santos, 1978:20, 26, 40, 72-73, 77, 92).

Os corpos são também frequentemente expostos nus, visíveis por exemplo ao retratar crianças cercadas, dominadas e ame-drontadas,¹⁶ mas são bastante diferentes das imponentes posições de guerreiros, armados e ornamentados que podem ser vistas em outros momentos como nas fotos obtidas por José Ruhland pouco mais de um par de décadas antes na mesma T. I.¹⁷

E é neste sentido que as imagens retratadas do corpo do outro, a partir de um olhar específico pode e deve ser problematizada. Ainda que as legendas sejam suficientemente claras quanto a precarização infligida da situação do outro, detalhes como a postura corporal, direção do olhar, posições que indiquem maior ou menor liberdade ou disponibilidade para as fotografias podem revelar outros elementos e complementar o apelo e a exploração.

Na primeira foto são representados cinco indivíduos, que estão indicados como uma família.¹⁸ Apesar de armado, o pai de família possui os braços retraídos e as armas estão fechadas,

¹⁵ Vide anexos 1, 2, 3 e 4.

¹⁶ Vide anexos 5 e 6. Esta situação é curiosa pois a imposição do uso de roupas aos Xokleng ocorre décadas antes disso.

¹⁷ Vide anexos 7 e 8.

¹⁸ Anexo 1.

inúteis. O modo como o braço esquerdo da mãe envolve a criança em seu colo, complementado pelo olhar da criança que torna evidente e óbvio o receio de um ataque que pode vir a qualquer momento daquela direção. Outra criança, ao centro da imagem e de pé, está à beira de chorar e provavelmente só não o fez por conta da proximidade ao corpo do pai e da mãe. A última criança, agachada, mantém um olhar de quem já perdeu as esperanças de viver. A criança maior não deve ter sete anos. E já desistiu da vida. A legenda da foto "*submetida ao convívio*" busca deixar clara a sugerida incapacidade de ação ou de resistência do coletivo familiar perante o colonizador.

A segunda foto apresenta um forçado desfile,¹⁹ indicado pela placa apresentada em outro lado.²⁰ A cabeça baixa e sem olhar de praticamente todas as partes que desfilam revelam a infelicidade por lá estar, além da completa não resistência ao ato. A comparação com os zoológicos humanos e com as exposições coloniais não seriam mais apropriadas.²¹

As fotos seguintes foram registros realizados pelas partes que "*capturaram*" os indígenas.²² A primeira apresenta um grupo que aparentemente está sendo forçado a representar um modo de

¹⁹ Anexo 2.

²⁰ Anexo 3.

²¹ A última apresentação das denominadas exposições coloniais na Europa ocorreu em Bruxelas, em 1958. A foto dos anexos 2 e 3 registram o aniversário de 70 anos de Ibirama, ocorrido em 28 de julho de 1967, que entre as atrações incluía o "*desfile de indígenas botocudos domesticados*" enquanto "*atrações curiosas e inéditas*". Os "*botocudos*" ali referidos são ancestrais diretos dos Xokleng residentes na atual T. I. Ibirama-La Klãnõ. O termo "*botocudo*" remete ao botoque, artefacto de madeira que era inserido nos lábios dos meninos (ver Anexo 7).

²² Anexos 4, 5 e 6.

luta que desconhece,²³ enquanto que nas duas seguintes há um misto realizado entre abraços feitos de umas crianças às outras, ou desvios de olhares para potenciais armas que lhe estão apontadas (também identificáveis na foto anterior), ou para espreitar os pais em prováveis ameaças, além dos óbvios corpos nus e exposição de mãos na cabeça, que permitem ser reveladores do desespero e da insegurança das crianças. As duas últimas fotos primam por resumir a sofrida (não) infância de uma desumanizada vida que estas crianças sabem que vão ter. Se sobreviverem.

Por fim, as duas últimas fotos permitem trazer uma pergunta à tona:²⁴ Onde estão estes guerreiros, que ainda nas décadas de 20, 30 e 40 eram registados como imponentes combatentes, com armas em punho, com uma postura digna de um atacante e defensor poderoso e destemido? Os mesmos guerreiros que Henry (1941) conheceu na década de 30 e que descreveu como selvagens, vingativos e impiedosos? Estão agora amansados? Não há registos deste processo com tão elevado sucesso?

Outra pergunta que pode surgir gira em torno de: Por que tentar pacificar os corpos indígenas em exposição? Ou dito de outra forma: Qual o sentido por trás de expor indígenas enquanto submissos, explorados e domesticado em oposição à até então presente apresentação de indígenas cruéis, selvagens e sanguinários?

Da selvageria à submissão

²³ Em muito resumo se destaca que os Xokleng não são adeptos de técnicas de combate desarmado corpo-a-corpo, especialmente combates sentados, que são característicos de alguns povos do Brasil central bastante específicos.

²⁴ Anexos 7 e 8.

Ao analisar o discurso que é tecido por Sílvio Coelho dos Santos em seus materiais é possível perceber que tipo de interesses e de esforços estão por trás da transformação da imagética discursiva que salta de bárbaros selvagens para domesticados e impotentes indígenas. Logo nas primeiras páginas de sua tese o autor (1987 [1973] :24-25) fala de uma ciência utilitária:

A maioria dos estudiosos [das ciências sociais] sempre se preocupou com a solução de problemas que permitisse ao grupo estudado melhores condições de sobrevivência e de relacionamento com a sociedade envolvente. É verdade que na maioria das vezes, entretanto, não conseguiram ver transformar em realidade suas sugestões.

E conclui a introdução destacando o que compreende ser a função da antropologia (1987 [1973] :27):

Nenhuma outra ciência tem para com o "primitivo" tantos compromissos quanto a antropologia. E naturalmente é a antropologia que cabe se dedicar à criação de bases que permitam o surgimento de medidas concretas de ação, pois além de todos os compromissos, ainda subsiste o fato de ser a sobrevivência indígena um problema humano e não se poderá jamais deixar de considerá-lo prioritário.

Estes dois trechos revelam a possível orientação por trás das pesquisas e das publicações de Sílvio Coelho dos Santos sobre os Xokleng: Não se trata de tentar compreender o outro, mas principalmente garantir a sua sobrevivência. Arrisco dizer que ao identificar dificuldades no acesso à políticas e garantias públicas na sobrevivência de seus sujeitos de estudo, o atalho escolhido foi torná-los de certa forma atraentes para eventuais intervenientes.

Esta situação fica levemente mais convincente e evidente, quando se observa o modo como o autor descreve as ações que dariam origem ao surgimento do SPI (Coelho dos Santos, 1987 [1973] :118):

E por incrível que possa parecer, toda a discussão que se travou e que foi responsável pela organização e instalação do Serviço de Proteção aos Índios, em 1910, teve sua origem numa comunicação que Alberto Vojtech Fric realizou no XVI Congresso Internacional de Americanistas, em Viena, no ano de 1908. Fric demonstrou que no sul do Brasil a colonização se processava sobre os cadáveres de centenas de índios, mortos sem compaixão pelos bugreiros, atendendo aos interesses de companhias de colonização, de comerciantes de terras de governo. E, finalmente solicitou que o Congresso protestasse contra estes atos de barbárie para que fosse tirada esta mancha da história da moderna conquista europeia da América do Sul e dado um fim, para sempre, a esta caçada humana.

Apenas a divulgação em meio estrangeiro não pareceria de todo suficiente para tomadas de decisões ou ações que garantissem algum efeito positivo aos indígenas.²⁵ E em um novo ato de ousadia, pode-se arriscar dizer que é possível que a influência complementar de Sílvio Coelho dos Santos por apresentar um específico indígena, sofrido e com tendência ao extermínio, é derivada de outra comunicação que ocorre no mesmo período, e que é visível logo a seguir (1987 [1973] :118-119):

Foi, entretanto, Hermam von Ihering que verdadeiramente abriu o debate em torno das declarações de Fric em nosso país ao tentar refutar as acusações formuladas aos alemães no Congresso de Viena. Aos 5 de outubro de 1908, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, [Hermam] von Ihering agradecia por ter sido eleito sócio honorário e prometia falar na sessão seguinte sobre a situação dos indígenas no sul do Brasil. [...] E nesses primeiros dias de outubro, circulou em São Paulo trabalho de sua autoria contendo referências negativas ao indígena, o que imediatamente provocou o protesto de Sílvio de Almeida, publicado em 12 de outubro de 1908 no jornal Estado de São Paulo [...] conforme segue: [...] *Os atuais índios do Estado de São Paulo não representam um elemento de trabalho e de progresso. [...] como os caingangos selvagens, são um*

²⁵ E aqui convém reforçar o provável carácter intencional e premeditado da rara edição bilíngue promovida no livro "O homem índio sobrevivente do Sul", de Sílvio Coelho dos Santos (1978).

empecilho para a colonização das regiões que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio.

No fundo, a proposta de Sílvio Coelho pode ser orientada a construir uma imagem específica do outro, e apelando para o recurso visual, acaba fazendo uso do corpo deste, em uma rara e incomum exotificação. Muito distante das exotificações que são construídas em outros cenários, e por outros motivos.

É diferentemente do que é explorado em autorias como Romero Ruiz (2013:150-151) e Gilman (1985:218-219) por exemplo, onde as autoras alertam como determinadas percepções sobre os corpos de outrem podem ser construídas de maneira estereotipada. Mas a proposta aqui apresenta um caso distinto da construção da identidade do outro por utilização de suas corporalidades. Um uso político de um corpo que não é seu, e que até então não era visto como vulnerável ou enfraquecido.²⁶

Maria Isabel Romero Ruiz e Sander Gilman, por exemplo, demonstram claramente em como o corpo pode ser um catalisador das expressões que são emitidas contra outrem, quase funcionando como uma espécie de magnetismo acumulador de formulações de teorias que vão desde a (hiper) sexualização da raça até a plena incapacidade cognitiva projetada sobre o outro.

A menção a estas autoras se faz devida, pois as apropriações e referências ao corpo enquanto categoria de análise acabam por compreender o respetivo como parte fim do espetáculo de construção do outro. Salvo os casos onde o corpo prima intencionalmente por uma nova ou constante (re) formatação direcionada ao abjeto ou ao subversivo, e nos casos opostos, onde busca-se o

²⁶ Esta distinção cabe para excluir a comparação com os corpos considerados abjetos por deformações, amputações e outras "anormalidades", que também podem ser expostos por terceiros objetivando específicos usos políticos.

ideal padronizado do corpo alheio tido como ideal ou desejado, o corpo é tido como algo mais estanque e digno, ora de apreciação, ora de curiosidade. Corpos de terceiros que são expostos não costumam sofrer intervenções, recebem apenas manutenções e reparos. Como por exemplo os casos de hipersexualização raciais ou os casos de exposição zoológica ou mesmo o *freak show*.

Raros são os acionamentos que problematizam o uso político que se pode fazer da imagem do corpo do outro em frente dupla: Um corpo que até então era visto como onipotente e poderoso que passa para a situação oposta, sendo vulnerável, fraco e necessitando de salvação ou piedade.

Além disso, para o caso específico da relação entre Sílvio Coelho dos Santos e os Xokleng é muito sintomática a quantidade de exposições com forte apelo visual que promove em um intervalo de tempo bastante reduzido, durante um período ditatorial e com custeio de recursos tecnológicos desproporcionalmente elevados para os limitados, raros e dispendiosos financiamentos que estariam disponíveis para a publicação de acervos fotográficos indígenas.

Nesta breve aproximação com as percepções de construção estereotipada sobre os Xokleng é possível identificar que temos uma mudança de apresentação, que além de saltar do discurso escrito para a carga imagético-visual, ainda altera o significado de maneira bastante significativa, como já foi aqui explorado.

Considerações Finais

Para concluir, o objetivo deste ensaio foi tentar perceber se é possível utilizar a imagem do corpo alheio como dispositivo de

incentivo ou pressão política. E quais os limites do corpo que é exposto consoante com as percepções que já são prévias ao respetivo.

Também buscou-se problematizar até que ponto o discurso que construímos sobre o corpo alheio está limitado à orientação de nossos próprios preconceitos, ou se pode ser distorcido por interesses além destes preconceitos. Buscou-se trazer uma breve introdução sobre o povo apresentado, não sendo o objetivo desenvolver nem revisão de literatura sobre, nem analisar profundamente o que já foi escrito sobre o povo aqui utilizado como estudo de caso.

Por fim, informa-se que com exceção dos livros publicados por Sílvio Coelho com grandes repositórios de fotografias dos Xokleng não foi encontrada nenhuma publicação que problematizasse tais obras ou que estivesse concentrada nos aspetos visuais envolvidos com tal tipo de investigação. Alguns trabalhos foram encontrados, mas remetem a descrições operacionais de como funciona o acervo virtual Sílvio Coelho dos Santos. As discussões existentes nestes trabalhos não agregariam valor crítico ou teórico para a proposta aqui construída.

Referências

AMORIM, Christiano Schaufert de. **Arquitetura do silêncio**: O indígena e a escrita, relações de civilização e extermínio. (Dissertação de mestrado em história). Florianópolis: PPGH/UFSC. 2002.

CHAGNON, Napoleon. **Yanomamö**: The Fierce People. Stanford: Stanford University Ed. 1968.

COELHO DOS SANTOS, Sílvio. **Índios e brancos no sul do Brasil**: A dramática experiência dos Xokleng. Porto Alegre: Movimento. 1987 [1973].

COELHO DOS SANTOS, Sílvio. **O homem índio sobrevivente do sul:** Antropologia visual. Porto Alegre: Garatuja. 1978.

COELHO DOS SANTOS, Sílvio. **Os índios Xokleng:** Memória visual. Florianópolis, EdUFSC. 1997.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade Tupinambá.** 2006 [1956].

GILMAN, Sander. Black bodies, white bodies: Toward an iconography of female sexuality in late nineteenth-century art, medicine, and literature. **Critical enquiry** 12, 1: 204-242. 1985.

GUÉRIOS, Rosário Farani Mansur. O Xokrén é idioma Caingangue. **Arquivos do Museu Paranaense.** Volume 4. Curitiba: Museu Paranaense. Pps.: 321- 331. 1945.

HENRY, Jules. **Jungle people:** A Kaingáng tribe of the highlands of Brazil. Virginia: Augustin Publisher. 1941.

METRAUX, Alfréd. Social organization of the Kaingang and Aweikoma according to C. Nimuendaju unpublished data. **American Anthropologist.** 49(1). 1947.

NAMEM, Alexandre Machado. **Índios Botocudo:** Uma reconstituição histórica do contacto. (Dissertação de mestrado em antropologia social). Florianópolis: PPGAS/UFSC. 1991.

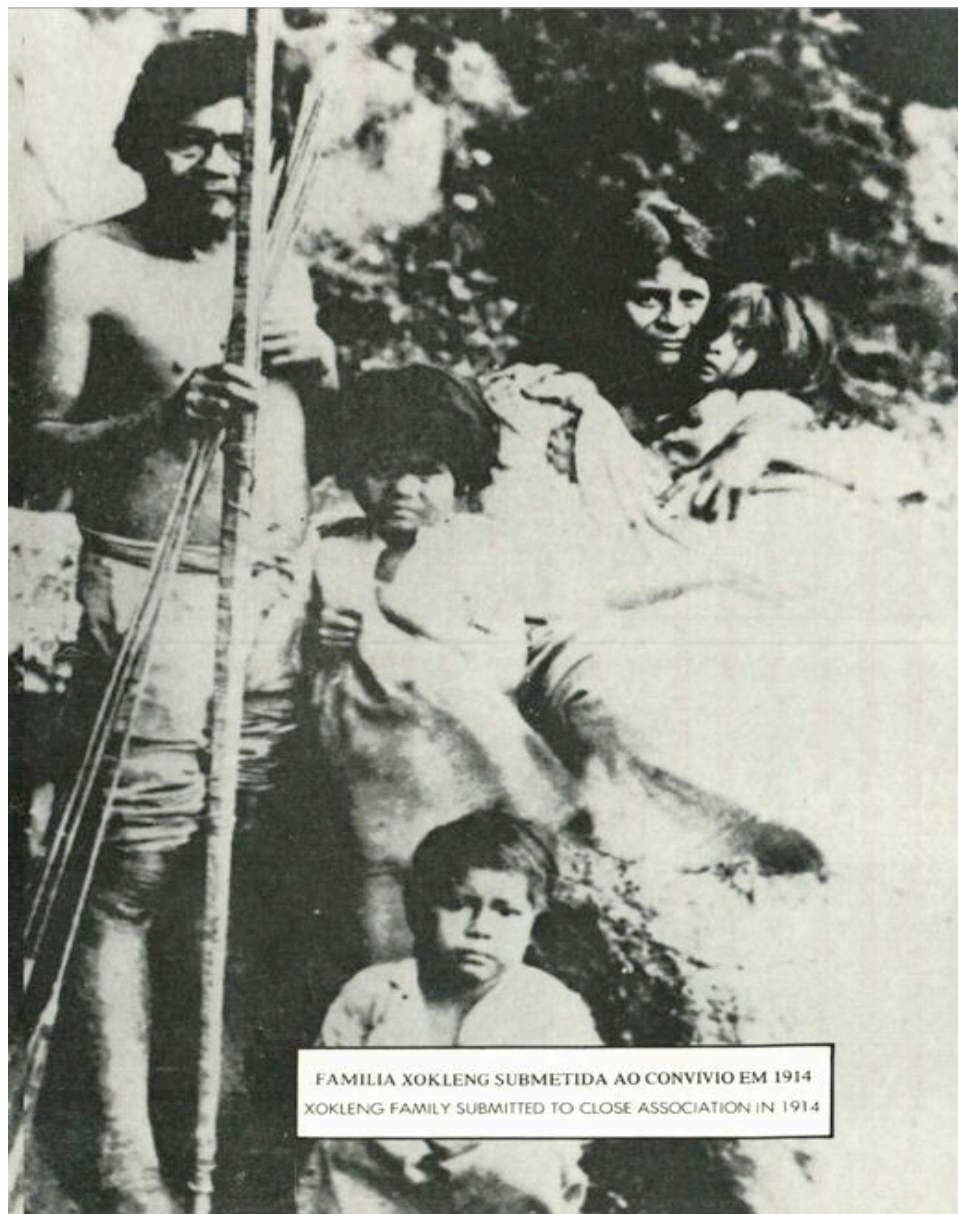
PAULA, José Maria de. Memória sobre os Botocudos do Paraná e Santa Catarina organizada pelo serviço de protecção aos selvícolas sob a inspecção do Dr. José Maria de Paula. **Annaes do XX Congresso Internacional de Americanistas (1922).** Rio de Janeiro. 1924.

PIB. Povos Indígenas no Brasil. Xokleng. Disponível online em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/xokleng/974>. Último acesso em 25 de maio de 2017. 2014.

ROMERO RUIZ, Maria Isabel. The Hottentot Venus, freak shows and the neo-victorian: Rewriting the identity of sexual black body. **Odisea.** 137-152. 2013.

SILVA, Antonio Carlos Simões da. **A tribu Caingang (índios bugres-botocudos).** Rio de Janeiro: Oficinas Alba Gráficas. 1930.

Anexos¹

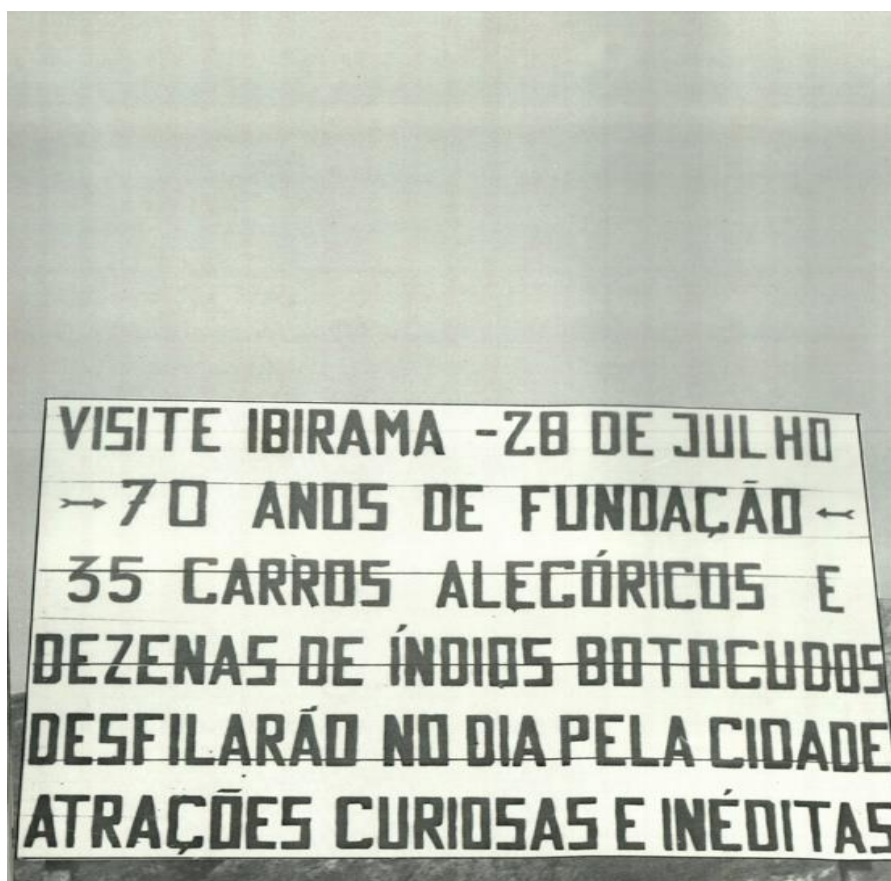


Anexo 1. Família Xokleng submetida ao convívio em 1914. Fonte. Coelho dos Santos, 1978, pp. 26 e 42.

¹ Todas as legendas estão idênticas as legendas das fontes originais.



Anexo 2. Desfile em Ibirama, 1962. Fonte. Coelho dos Santos, 1978, p. 33.



Anexo 3. Visite Ibirama. Fonte. Coelho dos Santos, 1978, p. 72.



Anexo 4. Índios fazem disputa simulada. Fonte: Coelho dos Santos, 1997, p. 67.



Anexo 5. Vítimas de bugreiros. Fonte. Coelho dos Santos, 1997, pp. 34 e 35.



Anexo 6. Vítimas de bugreiros II. Fonte. Coelho dos Santos, 1997, pp. 36 e 37.



Anexo 7. Guerreiros Xokleng e suas armas. Foto de José Rohland.

Fonte. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, da Fundação Cultural de Blumenau.



Anexo 8. Arqueiro Xokleng utilizando um arco longo. Foto de José Rohland. Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, da Fundação Cultural de Blumenau.

BIODATA

APRESENTAÇÃO DAS AUTORAS E DOS AUTORES

Aldenora Conceição de Macedo é licenciada em Pedagogia. Doutoranda em Educação e Mestra em Educação em Direitos Humanos e Cultura de Paz - UnB. Especialista em Direitos Humanos da Criança e do Adolescente - UFG, Especialista em Educação para a Diversidade, Cidadania e Direitos Humanos - UFG, Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça - UnB, Especialista em Gestão Escolar - UnB. Professora no Governo do Distrito Federal. Autora do "projeto juntas: relações saudáveis na adolescência", uma das 10 propostas mais engajadoras e criativas pelo edital igualdade de gênero na educação básica - 2021 (ação educativa e fundo malala) e-mail: aldenora.acm@gmail.com

Altina Abadia da Silva é professora Associada do PPGEDUC da UFG-Regional Catalão, orientadora do trabalho de mestrado do discente. E-mail: tinaufg8@gmail.com

Ana Lúcia Nery Sabath é mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás. Especialista em Docência Universitária pela Faculdade Araguaia. Especialista em Educação Infantil, Alfabetização e Letramento pela FABEC/GO. Graduada em Pedagogia pela UFG. Professora da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME)..E-mail: anasabath@hotmail.com

CV: <http://Lattes.cnpq.br/6248618204254541>

Ana Paula Rodrigues da Silva é licenciada em Pedagogia e Mestra em Educação em Direitos Humanos e Cultura de Paz - UnB. Especialista em Psicopedagogia - Faculdades Claretianas/SP. Professora no Governo do Distrito Federal. E-mail: anapaularsias@gmail.com

André Luiz de Souza Filgueira André Luiz de Souza Filgueira é historiador pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás por opção. Doutor em literatura pela Universidade de Brasília por resistência. Pós-doutor em ciências humanas pela Universidade Estadual de Goiás por ativismo. É docente de história da África e de história e cultura afro-brasileira na Universidade Federal do Pará, com lotação na Faculdade de História do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, por amor à África e sua diáspora, ao Pará e ao ensino. Atualmente, tem navegado, devagarinho, em mansas correntezas, pelos estudos dos intelectuais negros/as, pela literatura africana e afro-diaspórica, masculinidades negras e cosmovisão africana. Eis as encruzilhadas que riscam o meu enredo e me colocam em transe no terreiro da vida.

Anna Maria Alves Linhares. Feminista negra, mas em constante diálogo com o feminismo radical, porque materialidade importa. Professora de História da Universidade Federal do Pará, Campus Ananindeua. Coordenadora de grupo de pesquisa e extensão sobre feminismo, mulher e ensino de História. Coordenadora do projeto de pesquisa: *Onde está Tereza? invisibilidade, violência contra a mulher e ensino de História e patrimônio*; e do projeto de extensão: *Lugar de mulher é onde ela quiser: gênero e ensino de História*.

Aurivar Fernandes Filho é psicólogo formado pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI- bacharel) em 2011 e Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC - formação psicólogo). Mestrando em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (UFSC), Especialista em Educação a Distância: Gestão e Tutoria e Gestão Estratégica de Pessoas. Atua como psicólogo clínico, em consultório particular, com abordagem psicanalítica e psicólogo educacional na Universidade Federal de Santa Catarina com as temáticas de gênero, sexualidade, violência e saúde mental. Pesquisador do NETRANS - Núcleo de Estudos e Pesquisas de Transexualidade e Transgeneridade - UFSC.

Benedita Celeste Moraes Pinto é doutora em História Social pela PUC/SP (2004), Mestre em História Social pela PUC/SP (1999); Licenciada plena e bacharel em História pela UFPA (1995). Atualmente é professora Adjunto A III da Universidade Federal do Pará, lotada no Campus Universitário do Tocantins/Cametá, onde atua na Faculdade de História do Tocantins (FACHTO) e no Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC). Encontra-se em Estágio Pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT pelo PROCAD Amazônia - Capes. É coordenadora da pesquisa História, Educação, Cultura E Saberes Afro Indígena Na Região Do Tocantins, Norte da Amazônia, líder dos grupos de

pesquisa Quilombos e Mocambeiros: história da resistência negra na Amazônia (GPQUIMOHRENA) e História, Educação e Linguagem na região Amazônica (GPHELRA).

Claudia Reis dos Santos é Pedagoga pela UNIRIO. Mestra em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Professora do Colégio Pedro II - Campus Engenho Novo I, pesquisadora do GÊSER - Laboratório de Pesquisa, Estudos e Extensão em Gêneros, Sexualidades e Raça em Educação e Direitos Humanos, Universidade Federal do Rio de Janeiro e formadora na UFRJ. msclaudiareis@gmail.com

Claudinei Lopes Junior é mestrando em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes – ECA da Universidade de São Paulo – USP (2021). Bolsista de Mestrado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Mestre em Média e Sociedade (2019) pelo Instituto Politécnico de Portalegre (IPP) e graduado em Comunicação Organizacional (2020) pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Participou da mobilidade acadêmica a fim de obter dupla diplomação numa instituição de ensino superior de Portugal (2018/2019). Experiência como professor de língua estrangeira. Tem interesse em pesquisa na área de Comunicação, com ênfase nos assuntos referentes à imagem e narrativas (Fotografia, Cinema, Televisão, Séries, Animação e Publicidade), Antropologia, Consumo, Estudos de Gênero, Estudos Feministas, Estudos Queer e Estudos Decoloniais. É membro do Grupo de Pesquisa Linguagens e Discursos nos Meios de Comunicação (GELiDis – ECA-SP). Também é co-fundador da Cacto Comunicação - Empresa Júnior de Consultoria em Comunicação e Marketing da UTFPR e exerceu a função de diretor de Gestão de Pessoas na EJ no período de 2017/2018. Endereço eletrônico: claudine.i.lopes@hotmail.com/junior.lopes@usp.br

Diane Ângela Cunha Custódio é doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás. Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás. Especialista em Educação Física Escolar pela Eseffego - UEG. Graduada em Licenciatura Plena em Educação Física pela Eseffego - UEG. Professora da Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEDUC) de Goiás. E-mail: diane.custodio@gmail.com

CV: <http://lattes.cnpq.br/4800467162099554> / <https://orcid.org/0000-0002-0585-8116>

Edmilson Cardoso da Silva é mestre em Sociologia – UFCG / CDSA. Licenciado em História – Universidade Cruzeiro do Sul. Professor da Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEDUC) de Goiás. E-mail: edmilson.cientistasocial@gmail.com /
CV: <http://lattes.cnpq.br/9612366901769180> / [__https://orcid.org/0000-0001-8427-6669](https://orcid.org/0000-0001-8427-6669)

Fabiana Pomin é doutora em Ciências da Atividade Física e do Esporte (Universidad da Coruña - UDC, 2011). Especialização em Exercício e Qualidade de Vida (Universidade Federal do Paraná - UFPR, 2002); Licenciatura Plena em Educação Física (UFPR, 2000). Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT), campus Primavera do Leste. Atuou como consultora técnica e educacional para o Centro Universitário Internacional (UNINTER), especialmente na área da Ginástica. Membro dos grupos de estudos, pesquisa e ensino ErêYá, sobre Educação das Relações Étnico-Raciais (UFPR) e NUMDI (IFMT) (Núcleo de Estudos Afro-brasileiro, Indígena e de Fronteira Maria Dimpina Lobo Duarte).

Fabrcio de Sousa Sampaio é Professor de Sociologia no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Maranhão-IFMA/Campus Araiases. Doutor em Ciências Sociais pela UFRN. Mestre em Educação Brasileira pela UFC. Licenciado em Ciências Sociais pela UVA. Líder do NEPIDD- Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Interseccionalidades, Diferenças socioculturais e Direitos Humanos. Coordenador do NEABI- Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas- do Campus Araiases- MA.

Fernanda Nílvea Pompeu Varela é mestra em Educação e Cultura pelo programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura da Universidade Federal do Pará-UFPA. Contato: nilcameta@yahoo.com.br

Jaqueline Aparecida Barbosa é doutoranda em Educação pelo PPGE/FE/UFG, na linha de pesquisa "Cultura e Processos Educacionais", mestra em Educação pelo PPGE/FE/UFG, na linha de pesquisa "Educação, Trabalho e Movimentos Sociais" (2016), Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela FE/UnB (2014), Pedagoga pela FEUSP (2010) e Professora da Educação Básica pelo Governo do Distrito Federal desde 2011. E-mail: jaq.usp@gmail.com

Jefferson Virgílio é doutorando em antropologia cultural na Universidade de Lisboa (desde 2016). Graduado em antropologia (2013) e mestre em antropologia social (2015) pela Universidade Federal de Santa Catarina. Suas principais áreas de interesse relacionam a história da antropologia, a etnologia indígena, e a antropologia da política. E-mail: jv@ia.edu.pt

Jocy Meneses dos Santos Junior é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual da Universidade Federal de Goiás. Especialista em Arte, Mídia e Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. MBA em Direção de Arte pela Universidade Estácio de Sá (2020). Especialista em Design Gráfico pelo California Institute of the Arts (2019). Bacharel em Design pela Universidade Federal do Maranhão (2017), com período sanduíche no Queens College of City University of New York (2015-2016), através de bolsa concedida pelo programa Ciência Sem Fronteiras.

Júlia da Regina Sainda é moçambicana, licenciada em Filosofia pela Universidade Eduardo Mondlane, Mestre em Riscos e Violências nas Sociedades Actuais pelo Instituto de Serviço Social pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias em Lisboa. Palestrante de VBG; Técnica de Apoio à vítima na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; agente de atendimento no Departamento de Atendimento à Família e Menores Vítimas de Violência; Técnica de Ação Humanitária-Pessoas com Deficiência e VBG na Arquitectura Sem Fronteiras. dareggina@gmail.com

Katlen Karolynne Ferreira Valério é advogada. Especialista pela Universidade Federal do Goiás (UFG) na área de Ensino Interdisciplinar em Infância e Direitos Humanos. Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Brasília (UCB).

Larise Piccinini é doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista CAPES. Membro do grupo de estudo, pesquisa sobre diferença, arte e educação - ALTERITAS. E-mail: larieducapicci@gmail.com

Leandro Castro Oltramari possui doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007), mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001) e graduação em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí (1997). Atualmente é professor Associado I da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Processos Grupais e

de Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: Psicologia da Educação, gênero e sexualidade.

Leandro Kenner Rodrigues de Carvalho é graduado em Educação Física pela Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão (2014); Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDUC) da Universidade Federal de Goiás- Regional Catalão (2018); Especialista em Educação Física escolar pelo CIAR (Centro Integrado de Aprendizagem em Rede) da UFG. Atualmente é Professor efetivo de Educação Física da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo, no município da Serra, atuando no Ensino Médio; Também é Preceptor da Residência Pedagógica do curso de Educação Física da UFES (Universidade Federal do Espírito Santo) 2020-2021.

Lion Marcos Ferreira e Silva é Mestre em Educação/UFG (2019). Especialista em Ensino Interdisciplinar sobre Infância e Direitos Humanos/UFG (2016). Graduado em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná (2013). Pesquisa e atuação na área de Gênero, Raça/etnia, Sexualidade, Direitos Humanos e movimento social.

Loise Barbosa Sampaio é estudante de graduação do curso Licenciatura em Educação do Campo/FECAMPO/UFPA.

Lucas Santos Café é doutorando em História pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT); Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Especialista em Docência do Ensino Superior pelo Instituto Pró-Saber; Graduado em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Professor de História no Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT), campus Primavera do Leste. Ex-diretor de Educação e Eventos da Associação de Moradores dos Bairros da Lapa e Jacaré. Fundador e ex-professor de História da Frente Ampla Democrática Libertária Inclusiva Milton Santos (FRADELIMS).

Maria Luisa Jimenez Jimenez é Filósofa UNESP, Mestra e Doutora em Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Professora Dra. Pesquisadora fundadora do PESQUISA GORDA, grupo de Estudos Transdisciplinares SOBRE Corporalidades Gordes no Brasil. Escritora do livro *lute como uma gorda: gordofobia, resistências e ativismos*. malujjimenez@gmail.com

Patrícia Sheyla Bagot de Almeida é Doutora em Letras, Linguística e Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora do curso de

Pedagogia e Direito da UniEvangélica/GO e coordenadora da linha de pesquisa Teoria crítica, Feminismo e Direito do NPDU/ UniEvangélica/GO. E-mail: sheylaba7@hotmail.com

Rayssa Araújo Carnaúba é licenciada em História e Mestre em Educação pela Universidade de Brasília. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e de Gênero (Geppherg-UnB). Professora no Governo do Distrito Federal. E-mail: carnaubaarayssa@gmail.com

Renata Lima Cremasco é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Graduada em História pela Universidade Metropolitana de Santos (2018) e em Pedagogia pela Universidade Santa Cecília (2013). E-mail: renatacremasco@usp.br.

Rosemeire de Oliveira Souza é doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2014), Mestre em História Social (2002), e graduada em História (1998), pela mesma Universidade. Atualmente é professora adjunta de História da Universidade Federal do Pará, Campus do Tocantins/Cametá. Possuiu experiência no Ensino Superior nas áreas de Brasil Colônia, América Colonial, Ensino de História, História Africana e Afro-brasileira. Pesquisadora da temática indígena na América Colonial, e partir de 2008 estendeu a pesquisa aos grupos contemporâneos, com foco de atuação voltado para o estudo de novas metodologias para o trabalho com a questão indígena em sala de aula, como também para a educação escolar indígena.

Vanilda Maria de Oliveira é doutora em sociologia pela Universidade de Brasília (2015), mestre em sociologia pela Universidade Federal de Goiás (2006) e bacharel em ciências sociais pela UFG (2003). Professora Adjunta da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Pesquisadora acadêmica e profissional, tem trabalhado com pesquisas qualitativas sobre gênero e trabalho, gênero e saúde mental, gênero e política, movimentos feministas, políticas públicas e comportamento eleitoral. E-mail: vanildamo@gmail.com.

Sobre o E-book

Formato Digital

Suporte PDF

Capa Duo Color

Miolo P&B; Cor

Tipografia Palatino; Cinzel Decor

Editora Culturatrix | Publicações Acadêmicas

Acesso Online

Há um ditado popular, de origem africana, que diz que é necessário a intervenção de uma aldeia na infância para que se possa ter, doravante, uma/um adulta/o benfazejo. Esse adágio diz muito a respeito da missão assumida pelo NEPIE ao longo desses anos. Assim como diz muito também das pessoas que atenderam seu chamado, docentes e discentes do curso de pós-graduação em Ensino Interdisciplinar em Infância e Direitos Humanos, da Universidade Federal de Catalão, mas também de estudiosas/os de instituições parceiras. Ambos fazem do magistério e de outras práticas profissionais, a exemplo de assistentes sociais e psicólogos, uma dedicação contínua ao bem viver, uma pedagogia da liberdade e da solidariedade, como diria o saudoso mestre Paulo Freire. É nesse horizonte que inscreve a presente obra.



culturatrix.